

ANEXO 14

EVENTOS DE INFRAESTRUTURA PARA APORTE DE RECURSOS

**CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE DESENVOLVIMENTO URBANO PARA REGENERAÇÃO DO CENTRO
HISTÓRICO DA CIDADE DE SÃO PAULO**

1. DAS CONDIÇÕES PARA O DESEMBOLSO DO APORTE PÚBLICO

- 1.1. O valor para o APORTE PÚBLICO, em reais, na data-base de [•], devendo ser reajustado pelo IPCA/IBGE está na TABELA 1.

Tabela 1 – Valor do APORTE PÚBLICO para cada LOTE	
LOTE	Valor em Reais
1	[•]
2	[•]
3	[•]
4	[•]

- 1.1.1. Os desembolsos das parcelas do APORTE PÚBLICO serão devidos em função da ocorrência de cada EVENTO DE DESEMBOLSO.
- 1.1.2. Após o pagamento do último EVENTO DE DESEMBOLSO e dos eventuais valores devidos nos termos do item 1.5.1 deste ANEXO, eventual saldo financeiro será abatido do pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA subsequente.
- 1.2. O APORTE PÚBLICO será pago à CONCESSIONÁRIA mediante a comprovação de conclusão dos EVENTOS DE DESEMBOLSO previstos neste ANEXO.
- 1.3. Os EVENTOS DE DESEMBOLSO correspondem a determinados marcos de desenvolvimento das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, conforme TABELA 1.
- 1.4. A CONCESSIONÁRIA, após conclusão das obras e serviços construtivos relativos a um determinado EVENTO DE DESEMBOLSO, deverá enviar à ARSESP e ao CERTIFICADOR INDEPENDENTE a NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO.
- 1.5. Após recebimento da NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO emitida pela CONCESSIONÁRIA, o CERTIFICADOR INDEPENDENTE emitirá e remeterá à CONCESSIONÁRIA, ao PODER CONCEDENTE e à ARSESP, no prazo de até 30 (trinta) dias, a NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, contendo o relatório de fiscalização com o detalhamento do(s) evento(s) efetivamente realizado(s) para fins de repasse das correspondentes parcelas do APORTE PÚBLICO.
- 1.5.1. A NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO deverá incluir o montante relativo (i) ao EVENTO DE DESEMBOLSO devidamente atestado; e (ii) o VALOR DE AJUSTE DO APORTE, caso aplicável.
- 1.6. Em caso de não conclusão satisfatória dos EVENTOS DE DESEMBOLSO, o CERTIFICADOR INDEPENDENTE deverá indicar a não conformidade em seu relatório de fiscalização.

- 1.7. A CONCESSIONÁRIA deverá sanar as não conformidades apontadas pelo CERTIFICADOR INDEPENDENTE e submeter nova NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO ao CERTIFICADOR INDEPENDENTE, iniciando novamente o procedimento para desembolso do APORTE PÚBLICO vinculado àquele EVENTO DE DESEMBOLSO.
- 1.8. Após recebimento da NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, emitida pela CONCESSIONÁRIA, e no mesmo prazo previsto no item 1.5, a ARSESP poderá decidir a respeito da efetiva conclusão do EVENTO DE DESEMBOLSO, independentemente das conclusões alcançadas pelo CERTIFICADOR INDEPENDENTE.
 - 1.8.1. A decisão da ARSESP, prevista no item acima, prevalecerá, para todos os efeitos, sobre as conclusões do CERTIFICADOR INDEPENDENTE, apresentadas na forma do item 1.5, podendo eventuais divergências serem dirimidas pelos mecanismos de solução de controvérsias previstos no CONTRATO.
- 1.9. Recebida a decisão da ARSESP, aludida no item anterior ou, à falta desta, e desde que superado o prazo de 30 (trinta) dias do encaminhamento da NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, recebida a NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO que ateste o cumprimento do EVENTO DE DESEMBOLSO, na forma do item 1.5, a ARSESP deverá encaminhar, em até 5 (cinco) dias úteis, NOTIFICAÇÃO DE DESEMBOLSO ao PODER CONCEDENTE.
- 1.10. Transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias úteis sem que a ARSESP emita a NOTIFICAÇÃO DE DESEMBOLSO, caracterizar-se-á inadimplemento da obrigação do PODER CONCEDENTE de realizar o pagamento do APORTE PÚBLICO, sendo facultado à CONCESSIONÁRIA remeter cópia da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO que ateste o cumprimento do EVENTO DE DESEMBOLSO ao PODER CONCEDENTE.
 - 1.10.1. O BANCO DEPOSITÁRIO deverá realizar o pagamento do valor constante da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, encaminhada pela CONCESSIONÁRIA na forma do item 1.10, não sendo necessária consulta ou anuência da ARSESP ou do PODER CONCEDENTE.
- 1.11. Sem prejuízo do previsto no item 1.8, a ARSESP deverá, durante a execução das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, exercer fiscalização referente às obras relacionadas a EVENTOS DE DESEMBOLSO que tenham sido atestados ou reprovados pelo CERTIFICADOR INDEPENDENTE, fixando prazo para que a CONCESSIONÁRIA realize os ajustes necessários para a eliminação das irregularidades constatadas.
 - 1.11.1. Caso a ARSESP conclua que determinado EVENTO DE DESEMBOLSO não foi cumprido na data atestada pelo CERTIFICADOR INDEPENDENTE, e que disto tenha decorrido uma antecipação do recebimento, pela CONCESSIONÁRIA, de parcela do

APORTE PÚBLICO, em relação ao momento contratualmente devido, o correspondente benefício econômico-financeiro da CONCESSIONÁRIA deverá ser apurado pela ARSESP, na forma do item 1.11.3 abaixo, referente ao VALOR DE AJUSTE DO APORTE.

1.11.2. O VALOR DE AJUSTE DO APORTE deverá ser descontado dos montantes aplicáveis à NOTIFICAÇÃO DE DESEMBOLSO subsequente à fiscalização pela ARSESP, observado o procedimento descrito nos itens 1.5 a 1.10.

1.11.3. O VALOR DE AJUSTE DE APORTE deverá ser calculado a partir da aplicação da taxa SELIC sobre a diferença da parcela do EVENTO DE DESEMBOLSO que tenha sido descumprida, após avaliação da ARSESP, considerando o período entre a data de pagamento antecipado da parcela do APORTE PÚBLICO, e a data em que esta deveria ter sido paga.

1.11.4. A CONCESSIONÁRIA deverá sanar as irregularidades apontadas pela ARSESP dentro do prazo afixado pela Agência para correção, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

1.11.4.1. Após proceder à correção das irregularidades, a CONCESSIONÁRIA deverá notificar a ARSESP, que, no prazo de até 30 (trinta) dias, deverá verificar as medidas implementadas.

1.11.4.1.1. Caso a ARSESP entenda que persistem parcialmente ou integralmente as irregularidades, deverá, dentro do prazo indicado no item acima, comunicar à CONCESSIONÁRIA quais as irregularidades que considera não terem sido corrigidas, retomando o procedimento descrito no item 1.11.4.

1.11.5. Até que a ARSESP se manifeste definitivamente, em nenhuma hipótese o cumprimento do disposto no item 1.11 impactará a emissão da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO pelo CERTIFICADOR INDEPENDENTE, nos termos do item 1.5, inclusive para a liberação de parcelas do APORTE PÚBLICO e continuidade das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO.

1.12. Eventuais divergências relacionadas à conclusão dos EVENTOS DE DESEMBOLSO poderão ser submetidas aos mecanismos de solução de controvérsias disciplinados no CONTRATO.

1.13. Na hipótese de cumprimento antecipado dos EVENTOS DE DESEMBOLSO indicados neste ANEXO, os repasses das parcelas de APORTE PÚBLICO poderão ser antecipados, sem qualquer limitação.

2. DOS EVENTOS PARA DESEMBOLSO DO APORTE PÚBLICO

- 2.1. Os repasses das parcelas do APORTE PÚBLICO estão vinculados ao respectivo progresso das obras a cargo da CONCESSIONÁRIA. As TABELAS de 2 a 5 mostram os cronogramas de repasse para os Lotes de 1 a 4, respectivamente.

Tabela 2 - LOTE 1				
EVENTO DE DESEMBOLSO	% Por HIS1-FR1	% Por HIS1-FR2	% Por Eq. Público	% Por Infra. Pública
Quando da aprovação dos projetos executivos, sendo possível a verificação por parte do PODER CONCEDENTE das características dos projetos de implantação das obras.	[•]	[•]	[•]	[•]
Quando da finalização das fundações, sendo possível a verificação por parte do PODER CONCEDENTE das condições das obras antes do início da construção das superestruturas e alvenarias.	[•]	[•]	[•]	[•]
Quando da finalização da execução das superestruturas	[•]	[•]	[•]	[•]
Quando da finalização da execução de alvenaria, incluindo: divisórias, instalações hidráulicas, sanitárias e gás, coberturas, impermeabilização e instalações de climatização, ventilação e exaustão.	[•]	[•]	[•]	[•]
Quando da finalização da ETAPA DE IMPLANTAÇÃO, quando aferido cumprimento pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO.	[•]	[•]	[•]	[•]
Quando da emissão do HABITE-SE, com o início da ETAPA DE SERVIÇOS.	[•]	[•]	-	-
Quando da emissão da autorização aplicável, com o início da ETAPA DE SERVIÇOS.	-	-	[•]	[•]

Tabela 3 - LOTE 2				
EVENTO DE DESEMBOLSO	% Por HIS1-FR1	% Por HIS1-FR2	% Por Eq. Público	% Por Infra. Pública
Quando da aprovação dos projetos executivos, sendo possível a verificação por parte do PODER CONCEDENTE das características dos projetos de implantação das obras.	[•]	[•]	[•]	[•]
Quando da finalização das fundações, sendo possível a verificação por parte do PODER CONCEDENTE das condições das obras antes do	[•]	[•]	[•]	[•]

Tabela 3 - LOTE 2				
EVENTO DE DESEMBOLSO	% Por HIS1-FR1	% Por HIS1-FR2	% Por Eq. Público	% Por Infra. Pública
início da construção das superestruturas e alvenarias.				
Quando da finalização da execução das superestruturas	[•]	[•]	[•]	[•]
Quando da finalização da execução de alvenaria, incluindo: divisórias, instalações hidráulicas, sanitárias e gás, coberturas, impermeabilização e instalações de climatização, ventilação e exaustão.	[•]	[•]	[•]	[•]
Quando da finalização da ETAPA DE IMPLANTAÇÃO, quando aferido cumprimento pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO.	[•]	[•]	[•]	[•]
Quando da emissão do HABITE-SE, com o início da ETAPA DE SERVIÇOS.	[•]	[•]	-	-
Quando da emissão da autorização aplicável, com o início da ETAPA DE SERVIÇOS.	-	-	[•]	[•]

Tabela 4 - LOTE 3				
EVENTO DE DESEMBOLSO	% Por HIS1-FR1	% Por HIS1-FR2	% Por Eq. Público	% Por Infra. Pública
Quando da aprovação dos projetos executivos, sendo possível a verificação por parte do PODER CONCEDENTE das características dos projetos de implantação das obras.	[•]	[•]	[•]	[•]
Quando da finalização das fundações, sendo possível a verificação por parte do PODER CONCEDENTE das condições das obras antes do início da construção das superestruturas e alvenarias.	[•]	[•]	[•]	[•]
Quando da finalização da execução das superestruturas	[•]	[•]	[•]	[•]
Quando da finalização da execução de alvenaria, incluindo: divisórias, instalações hidráulicas, sanitárias e gás, coberturas, impermeabilização e instalações de climatização, ventilação e exaustão.	[•]	[•]	[•]	[•]
Quando da finalização da ETAPA DE IMPLANTAÇÃO, quando aferido cumprimento pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO.	[•]	[•]	[•]	[•]

Tabela 4 - LOTE 3				
EVENTO DE DESEMBOLSO	% Por HIS1-FR1	% Por HIS1-FR2	% Por Eq. Público	% Por Infra. Pública
Quando da emissão do HABITE-SE, com o início da ETAPA DE SERVIÇOS.	[•]	[•]	-	-
Quando da emissão da autorização aplicável, com o início da ETAPA DE SERVIÇOS.	-	-	[•]	[•]

Tabela 5 - LOTE 4				
EVENTO DE DESEMBOLSO	% Por HIS1-FR1	% Por HIS1-FR2	% Por Eq. Público	% Por Infra. Pública
Quando da aprovação dos projetos executivos, sendo possível a verificação por parte do PODER CONCEDENTE das características dos projetos de implantação das obras.	[•]	[•]	[•]	[•]
Quando da finalização das fundações, sendo possível a verificação por parte do PODER CONCEDENTE das condições das obras antes do início da construção das superestruturas e alvenarias.	[•]	[•]	[•]	[•]
Quando da finalização da execução das superestruturas	[•]	[•]	[•]	[•]
Quando da finalização da execução de alvenaria, incluindo: divisórias, instalações hidráulicas, sanitárias e gás, coberturas, impermeabilização e instalações de climatização, ventilação e exaustão.	[•]	[•]	[•]	[•]
Quando da finalização da ETAPA DE IMPLANTAÇÃO, quando aferido cumprimento pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO.	[•]	[•]	[•]	[•]
Quando da emissão do HABITE-SE, com o início da ETAPA DE SERVIÇOS.	[•]	[•]	-	-
Quando da emissão da autorização aplicável, com o início da ETAPA DE SERVIÇOS.	-	-	[•]	[•]

2.2. A CONCESSIONÁRIA poderá, no decorrer da execução das obras, alterar o CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO, desde que apresente para prévia aprovação da ARSESP as alterações pretendidas e a justificativa formal para tais alterações, de acordo com o procedimento estabelecido no ANEXO 12.

2.2.1. O novo CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO não afetará os EVENTOS DE DESEMBOLSO, conforme tabela do respectivo LOTE acima.

- 2.3. Em caso de supressão ou acréscimo de HIS ou de EQUIPAMENTO PÚBLICO, como consequência do ajuste do valor do APORTE, serão corrigidos os percentuais acima previstos, de maneira a completar o pagamento de 100% do APORTE quando do início da ETAPA DE SERVIÇOS das respectivas HIS, EQUIPAMENTO PÚBLICO ou INFRAESTRUTURA PÚBLICA.

3. DO PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO DO APORTE PÚBLICO

- 3.1. O PODER CONCEDENTE, após receber da ARSESP a NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO indicando a conclusão de determinado EVENTO DE DESEMBOLSO ou a NOTIFICAÇÃO DE DESEMBOLSO indicando a conclusão de determinado EVENTO DE DESEMBOLSO, deverá promover a transferência de recursos do APORTE PÚBLICO para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO da CONCESSIONÁRIA.
- 3.2. Eventual inadimplência no pagamento de qualquer parcela do APORTE PÚBLICO poderá ser resolvida mediante execução das garantias previstas em CONTRATO.